



RESISTÊNCIA NEGRA, MÍDIA JORNALÍSTICA E A LUTA PELO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XX

Amanda Aparecida de Almeida BORGES¹

Alan Jhonata Marques MOREIRA²

1 INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil está profundamente marcada por processos de exclusão e desigualdade social, especialmente no que diz respeito ao acesso da população negra ao meio educacional formal. Desde a abolição da escravidão em 1888, a inserção dos negros em espaços educacionais e profissionais foi sistematicamente dificultada e apagada, resultado de práticas racistas estruturais e de uma política estatal que, durante décadas, negligenciou medidas de inclusão efetiva. O ensino superior, por muito tempo, permaneceu como um espaço elitizado, restrito a grupos sociais privilegiados e distante da realidade da maioria da população negra. Atualmente, não sem luta e mobilização social, as minorias - negros, indígenas, pessoas com deficiência e pertencentes à comunidade LGBTQIA+ - têm conquistado espaços e acesso ao ensino superior.

Na perspectiva jurídica-histórica revela-se um cenário de privação educacional que se estendeu por séculos, com implicações profundas na construção da cidadania e na mobilidade social dos afro-brasileiros reforçadas pelas leis aqui estabelecidas. Durante o período colonial, a educação para a população negra, tanto escravizada quanto livre, era praticamente inexistente. A elite colonial e a administração portuguesa não viam interesse em difundir o conhecimento entre essa parcela da sociedade. Conforme aponta José Murilo Carvalho (2021) em sua obra “Cidadania no Brasil”, a população livre de negros, embora não escravizada, carecia das condições essenciais para o exercício dos direitos civis, especialmente o acesso à educação.

Nesse cenário, intelectuais negros desempenharam um papel essencial na luta pela valorização do conhecimento, na denúncia das desigualdades e na promoção de alternativas de emancipação intelectual e social. A imprensa negra, em especial àquela vinculada à jornais, constituiu-se como um espaço estratégico para afirmar a capacidade intelectual da população negra, denunciar o racismo institucional e cobrar do Estado políticas públicas voltadas à equidade social.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: amandabrgs@ufu.br.

² Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia, com pesquisa incentivada por bolsa da CAPES. E-mail: alanjholaw@ufu.br.





Nesse sentido, o trabalho analisa, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, o processo de exclusão e negligência estatal que não estabelecia direitos efetivos à população outrora escravizada; além analisar também o papel da resistência negra, principalmente, a partir do uso da imprensa, bem como discutir os desdobramentos contemporâneos desse percurso. Busca-se compreender de que forma a atuação da comunidade negra, por meio da imprensa e luta por políticas de ação afirmativa, foram fundamentais para cultura brasileira e a luta pelo acesso e a permanência da população negra nas universidades. A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de refletir sobre as lutas contra a desigualdade racial e para a compreensão das estruturas racistas que ainda permeiam a sociedade brasileira.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este resumo expandido tem como análise textos que contribuam para o debate acerca de como intelectuais negros do início do século XX se posicionavam em relação ao ensino superior e na divulgação das ações da comunidade negra de São Paulo. Também, aponta sobre o percurso das Constituições do século XIX e XX e como direitos fundamentais não alcançavam a população escravizada e, posteriormente, liberta.

Para esta investigação, foi utilizado a metodologia qualitativa de análise documental que se baseia-se na análise de registros, atas, documentos, revistas, jornais etc., para levantar dados que possam contribuir para a análise do estudo. Nesse sentido, jornais históricos do início do século XX, produções acadêmicas e Constituições foram revisitadas para que pudéssemos compreender o posicionamento dos intelectuais negros sobre o ensino superior no início do século XX. A estratégia metodológica envolveu três etapas: (i) levantamento documental, com a seleção de textos e documentos legislativos do início do século XX que abordam a temática da educação da população negra e de; (ii) sistematização do material em eixos temáticos — exclusão histórica, resistência intelectual e políticas públicas contemporâneas; (iii) análise interpretativa, relacionando os dados coletados ao debate atual sobre inclusão e equidade racial no ensino superior.

3 RESULTADOSE DISCUSSÃO





O processo de exclusão da população negra do ensino brasileiro retoma ao período colonial. A ausência de uma educação popular era um obstáculo deliberado à construção da cidadania. A disseminação da educação não era incentivada pela administração colonial ou pelos senhores de escravos, que a consideravam uma “arma cívica” perigosa, visto que, “foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. Nem mesmo a Igreja Católica, ao contrário de outras realidades, promovia a leitura da Bíblia entre os negros, consolidando um ambiente onde a instrução era ativamente desencorajada.

Com a Proclamação da Independência e a promulgação da Constituição de 1824, surgiram as primeiras menções à educação na legislação brasileira. A Carta Magna estabelecia a “instrução primária gratuita a todos os cidadãos” (Brasil, art. 179, inc. 32) e fazia referência a “Colégios e universidades” (Brasil. art. 179, inc. 33). No entanto, a presença desses dois dispositivos, isolados e concisos, indicava a pouca relevância atribuída à matéria educacional pelos constituintes da época (Vieira, 2007).

Apesar de o Brasil ter sido um dos primeiros países a consagrar a gratuidade da educação em sua legislação, essa previsão não se efetivou na prática, especialmente para a população negra (Oliveira, 2002). A Constituição de 1824, embora proclamasse um amplo catálogo de direitos fundamentais, não conseguiu superar a desigualdade racial, e o negro escravo continuava sendo tratado como propriedade material, sem direitos de cidadania (Cury, 2005).

A abolição da escravatura em 1888, ao contrário do que ocorreu em outros países como nos Estados Unidos da América (EUA), não foi acompanhada por políticas públicas de inclusão para os ex-escravizados. Enquanto nos EUA o governo e congregações religiosas investiram na educação e distribuição de terras para os libertos, com 4.325 escolas para libertos em 1870, incluindo a Universidade de Howard, no Brasil, a população negra foi deixada à própria sorte (Carvalho, 2021).

Os libertos brasileiros não tiveram acesso às escolas, terras, ou empregos dignos, sendo forçados a retornar às fazendas para trabalhar por baixos salários. As consequências desse abandono foram duradouras, resultando em uma população negra que, ainda hoje, ocupa posições inferiores em indicadores de qualidade de vida, com menor acesso à educação, empregos menos qualificados e salários mais baixos.

A Constituição Republicana de 1891 representou um retrocesso significativo em relação à educação. Diferente da Carta de 1824, que, apesar de suas limitações práticas, mencionava a





gratuidade da instrução primária, a Constituição de 1891 eliminou a obrigação do Estado de fornecer educação primária (Brasil, 1891). Essa omissão refletia um liberalismo ortodoxo que desconsiderava as demandas por justiça social em um país recém-saído da escravidão (Carvalho, 2021).

Mesmo diante de um cenário de exclusão e retrocessos legislativos, a população negra começou a se organizar e a reivindicar o acesso à educação formal. Diante da ausência de suporte estatal, a população negra buscou rotas originais para a ascensão social. No início do século XX, a imprensa negra emergiu como um importante veículo para a discussão das condições sociais dos negros no pós-abolição e para a conscientização sobre a discriminação racial.

Apesar da liberdade legal conquistada em 1888, a população negra permaneceu em condições de extrema vulnerabilidade social, incluindo o ingresso no ensino superior, consolidando uma estrutura de desigualdade educacional vista até os dias de hoje.

Nos jornais do início do século XX, o descaso estatal era deflagrado constantemente. Segundo Rocha e Costa (2022),

[...] nada mais se fez no Brasil, em prol da raça preta. Vivem na maioria abandonados completamente, sem que governo nenhum se incumba de promover o seu levantamento intelectual. Tanto é isto verdade, que, quando encontramos numa faculdade superior um preto, um médico, um advogado, um professor, um jornalista de talento, ficamos boquiabertos. Por quê? Porque nunca ninguém se incomodou de estender a mão aos descendentes daqueles que estenderam o seu braço para amparar os nossos maiores. É uma ingratidão (*O Progresso*, 1928b, p. 1).

Desse modo, é possível identificar discursos, representações e práticas que revelam como a população negra percebia e reivindicava seu direito à educação superior. Os relatos presentes durante as edições do jornal *O Progresso*, evidenciam o caráter elitista e discriminatório do ensino superior, que frequentemente impunha barreiras explícitas e implícitas aos negros. Do mesmo modo, episódios de surpresa e resistência diante da presença de negros em cursos universitários reforçam a naturalização do racismo estrutural.

A imprensa negra, especialmente durante as décadas de 1920 e 1930, foi um importante instrumento de luta política e de afirmação intelectual. Os exemplares apenas denunciavam a ausência de políticas públicas para a população negra, mas também divulgava as conquistas de intelectuais negros, valorizando suas trajetórias e desafiando o imaginário racista que negava a capacidade intelectual dessa população.





De acordo com Cardoso (2023)³, ao longo do século XX, houve uma significativa expansão dos veículos da imprensa negra no Brasil. No Rio Grande do Sul, destacou-se *A Alvorada*, publicado entre 1907 e 1965; *A Tesourade* 1924; *A Revolta* de 1925; e *O Tagarela* de 1929. Em Minas Gerais, circularam periódicos como *A Verdade* de 1904 e *Raça* de 1935. Já em São Paulo, o movimento foi especialmente intenso, com publicações como *O Menelick* de 1915, *O Xauter* de 1916; *A Rua* de 1916; *O Bandeirante* de 1918; *O Alfinete* de 1918; *Clarim d'Alvorada* de 1924; *O Progresso* de 1928; dentre outros.

Esses periódicos tinham como objetivo afirmar a capacidade intelectual, política e moral da população negra e combater o racismo institucionalizado, principalmente por meio da valorização da educação e da cultura. Reportagens sobre médicos, advogados e professores negros, bem como a divulgação de atividades acadêmicas e profissionais desses indivíduos, tinham o objetivo de inspirar a comunidade e reivindicar reconhecimento social. Ao mesmo tempo, textos críticos apontavam a “ingratidão” do Estado brasileiro, que ignorava a contribuição dos negros para o desenvolvimento do país e não lhes garantia igualdade de oportunidades no ensino superior (Rocha e Costa, 2022).

Diante da exclusão formal das instituições, intelectuais negros desenvolveram uma “cultura douda”, caracterizada pela valorização do saber produzido fora da universidade e pela criação de espaços alternativos de formação intelectual. Essa cultura representava tanto uma resistência à exclusão quanto uma forma de construir pertencimento social e cultural. De acordo com Rocha e Costa (2022),

Em paralelo à ideia de ‘cultura letrada’ que não se limita ao saber ler e escrever, mas engloba diferentes possibilidades de contato com os usos sociais desse tipo de conhecimento, o presente trabalho considera como ‘cultura douda’ saberes que circulavam no ambiente do ensino superior que, entretanto, poderiam ser acessados, valorizados, reconhecidos, mobilizados de outras maneiras que não apenas as formações institucionais e a obtenção de diplomas (Rocha e Costa, 2022, p.3).

Figuras como Vicente Ferreira, autodidata que participou de debates acadêmicos mesmo sem formação universitária, exemplificam esse movimento de produção intelectual independente, que contribuiu para a formação de uma rede de conhecimento e resistência entre os negros.

No cenário atual, as políticas públicas de ação afirmativa, especialmente o sistema de cotas⁴, ampliaram significativamente o ingresso de estudantes negros nas universidades. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2025, houve um aumento

³Agência Brasil. *Imprensa negra: 190 anos de luta antirracista liga passado e presente*.

⁴Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.





de 2,1 % para 11,7 % entre pretos, e de 2,4 % para 12,3 % entre pardos que tiveram acesso ao ensino superior. Apesar disso, a taxa de conclusão entre brancos em 2022 foi de 25,8 %, quase o dobro da população negra. A desigualdade persiste também nas áreas de formação: por exemplo, só 2,8 % dos formados em Medicina foram pretos, enquanto 75,5 % foram brancos. Isto é, o acesso por si só não garante inclusão plena.

A permanência dos estudantes negros depende de suporte financeiro, acolhimento institucional e políticas de assistência estudantil que contemplem moradia, alimentação, transporte e apoio psicológico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, enfim, indica que a trajetória da população negra para o ensino formal enfrentou muitos desafios. No que se refere ao ensino superior brasileiro, ela é marcada por um longo processo de exclusão, resistência e luta por reconhecimento. A educação sempre foi considerada uma “arma cívica” perigosa, visto que, “foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política” (Carvalho, 2021).

O papel central da imprensa negra na valorização da intelectualidade e na denúncia das desigualdades raciais, destacando a educação como meio de emancipação e mobilidade social ainda hoje é instrumento de divulgações e valorização dessas minorias. A construção da chamada “cultura douda” no início do século XX, simboliza a resistência intelectual frente à negação do acesso formal ao conhecimento.

A análise histórica do acesso da população negra ao ensino superior no Brasil permite compreender a persistência das desigualdades educacionais e a importância da resistência construída pelos intelectuais negros. Desde a atuação da imprensa negra no início do século XX até as políticas afirmativas do século XXI, observa-se uma luta contínua pela valorização do conhecimento e pela conquista de espaços acadêmicos historicamente negados.

Essa triste herança histórica permanece atual, pois, embora as políticas de ação afirmativa tenham ampliado o ingresso de estudantes negros nas universidades, as disparidades raciais ainda persistem. O acesso ao ensino superior, apesar de quintuplicado nas últimas décadas, não se traduz automaticamente em permanência e equidade, revelando a necessidade de políticas educacionais mais abrangentes.





Portanto, compreender a luta da população negra por espaço no ambiente educacional é compreender também a busca pela efetivação da democracia racial e pela superação das desigualdades estruturais que ainda permeiam o sistema educacional brasileiro, exigindo uma atuação conjunta de universidades, governo e sociedade civil para garantir ambientes acadêmicos verdadeiramente democráticos e equitativos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Celebração: 190 anos de imprensa negra no Brasil**. Agência Gov, 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/celebracao-190-anos-de-imprensa-negra-no-brasil>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

CARDOSO, R. **Imprensa negra: 190 anos de luta antirracista ligam passado e presente**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/imprensa-negra-190-anos-de-luta-antirracista-liga-passado-e-presente>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CURY, C. R. J. A educação nas constituições brasileiras. In: BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.

GOMES, F. dos S. **Negros e política (1888–1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RAMOS, G. **Acesso de negros ao ensino superior quintuplica, mas ainda é metade do de brancos, diz IBGE**. Alma Preta, 2023. Disponível





em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/acesso-de-negros-ao-ensino-superior-quintuplica-mas-ainda-e-metade-do-de-brancos-diz-ibge/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ROCHA, M. M.; COSTA, A. L. J. da. População Negra e Ensino Superior no início do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e214>. Acesso em: 30 mar. 2025.

VIEIRA, S. L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291–300, maio/ago. 2007.

